

Disputa entre grileiros e sem-terra

Invasões na área rural de Taguatinga se intensificaram em outubro passado e dividem especuladores e agricultores

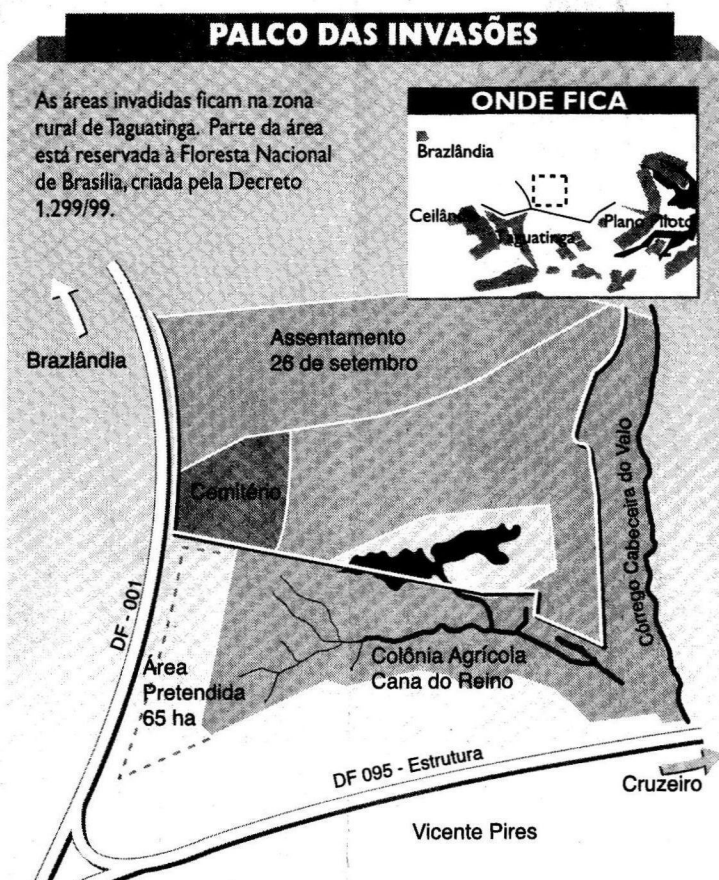
A crescente especulação na Área 26 de Setembro rendeu até briga entre os dois ex-sem-terra, que comandam as associações de chacareiros do 26 de Setembro. O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Glicério Fernandes de Carvalho, é apontado como o responsável pelas novas invasões na área. "Foi ele quem trouxe os especuladores para cá, parcelou e invadiu as novas áreas", denuncia Darlan Marques Carneiro, o presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do 26 de Setembro.

Foi Darlan que, em 1996, conseguiu incluir Glicério na lista dos sem-terra. O sindicalista mora até hoje na chácara que recebeu no assentamento, a de nº 50, onde uma nova casa, desta vez grande e de alvenaria, está

sendo construída. Glicério se defende. Diz que pesam sobre ele acusações injustas. No entanto, ele admite ter incentivado a ocupação de 42 chácaras vazias no 26 de Setembro e de ter criado outras 18 na área do cemitério. Uma invasão que começou em outubro do ano passado.

"Ou os trabalhadores rurais ocupavam a terra ou a terra ia parar na mãos de empresários", explica o sindicalista. E avisa: "Não vou parar. Onde tiver área rural desocupada, nós vamos ocupar. Será a nossa reforma agrária." Um diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais — que pediu para não ser identificado em razão de ameaças que estaria recebendo — condena as invasões incentivadas por Glicério. "Ele está usando o sindicato para entregar terra na mão de especuladores."

A briga entre os dois presidentes foi parar na Central Única dos Trabalhadores (CUT-DF) e pode resultar na expulsão de Glicério da presidência do sindicato. "Aceitamos a filiação do sindicato à CUT, mas desde que seja moralizado. Os trabalhadores rurais não podem ser usados nessa política de invasão, com suspeitas de propina por trás", avisa o presidente da CUT-DF, José Zunga. A diretoria do sindicato decide hoje, em assembleia, sobre a expulsão de Glicério.



TERRA À VISTA

A confusão não pára por aí. Uma outra área nobre e desocupada na Colônia Agrícola Cana do Reino, vizinha ao assentamento 26 de Setembro, está na iminência de ser invadida. A Companhia Imobiliária do Distrito Federal (Terracap) foi intimada esta semana a explicar as derrubadas feitas mês passado na colônia agrícola. Caso não apresente argumentos convincentes, o juiz Alfeu Gonzaga Machado, da 6ª Vara da Fazenda Pública, pode deferir liminar a favor da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Cana do Reino (Atracar) e da Mitra Arquidiocesana de Brasília.

"Fico irado ao ler tantas mentiras num papel. Estão reivindicando a posse de uma área que nunca foi ocupada", diz o subgerente do Sistema de Vigilância Integrado do Solo (SivSolo), ma-

jor Esmeraldo Oliveira. A área disputada na Justiça, uma gleba de 150 hectares na Cana do Reino, foi invadida nos dias 10, 11 e 12 de março por um grupo de 109 pessoas que se apresentavam como sem-terra.

No dia 13, o SivSolo fez a derrubada das cercas recentes e dos barracos de lona e madeirite, construídos apressadamente. Na maioria, nem móveis havia. "A área é de particular. Um dos herdeiros não foi indenizado pela União e como não tem interesse de ocupá-la, há pressão dos agricultores para ficar com as novas chácaras", explica Dilson Carvalho da Cunha, um dos advogados que assina a ação de manutenção de posse.

A Atracar — a Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Cana do Reino — é completamente desconhecida nas imediações da área desocupada que reivindica. "Não sei

onde está esse pessoal e não tenho nada a ver com isso", garante Darlan, presidente da Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento 26 de Setembro.

Nem os endereços da sede da Atracar, que constam na ação de manutenção de posse, são reais. A chácara de nº 51, indicada no documento, não existe na Cana do Reino. Oficialmente, segundo mapa da Terracap, a colônia agrícola tem 21 chácaras antigas (posses de mais de 15 anos) e outras cinco recentes — famílias de sem-terra que foram retiradas da área do cemitério e transferidas para a Cana do Reino no governo anterior.

No 26 de Setembro, a moradora da chácara 51 também nunca ouviu falar da Atracar. "Vale, minha Nossa Senhora. Aqui acontece cada coisa", surpreende-se a ex-sem-terra Maria Nilce da Conceição, 52. O advogado Carlos Rodrigues explica que o endereço devia estar na área dos barracos derrubados mês passado pela Terracap.

A grilagem na área e o decreto que transforma a área em floresta nacional fizeram o deputado distrital Renato Rainha (PL) a desistir de apresentar o projeto de lei complementar nº 766/98, que garantia a fixação de 126 sem-terras em chácaras de 5,5 hectares no 26 de Setembro. "O governo teria de retirar os chacareiros de lá, mas não faz nada e deixa os grileiros retalharem toda a terra", critica.

Na área pública onde se pretendia fazer o novo cemitério de Taguatinga, surgem casas boas, grandes. O major Esmeraldo Oliveira, do SivSolo diz que não há nenhuma operação de derrubada programada na área. "Parece que há interesses políticos para que isso não ocorra." Enquanto isso, mais e mais casas são construídas numa porção de terra privilegiada, de onde se pode contemplar todo o Plano Piloto. (R.A.)

MEMÓRIA

HERANÇA DO GOVERNO ANTERIOR

O Assentamento 26 de Setembro recebeu esse nome porque foi nesse dia, em 1996, que 134 famílias de sem-terra foram assentadas pelo governo de Cristovam Buarque na zona rural de Taguatinga. Foram trazidas dos acampamentos montados nas fazendas Grotão e Sarandy, em Planaltina. O movimento de luta pela terra nasceu em Samambaia e foi coordenado por um núcleo de base do PT, chamado Zumbi dos Palmares.

Assentá-las no 26 de Setembro foi um erro do governo. A área não podia ser desmatada para plantio porque os inúmeros eucaliptos pertenciam ao programa de reflorestamento florestal. Não houve negociação, e no final de 1998 o Governo do Distrito Federal teve de começar a retirar os sem-terra. Cerca de 40 famílias foram removidas para São Sebastião. Mas as demais insistem em permanecer na área.

Em junho do ano passado, outro ultimato ao GDF. Os sem-terra precisam deixar o local, uma das áreas definidas no Decreto 1.299 para a criação da Floresta Nacional de Brasília. A floresta tem nove mil hectares distribuídos em quatro áreas, entre Taguatinga e Brazlândia. Todas invadidas. E em fase de desmatamento. (R.A.)

Ricardo Borba



Conflito agravado por derrubada de muro